

ORIGEM: VARA

ÚNICA DA COMARCA DE TUTÓIA APELANTE: EDILSON CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO APELADO:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO RELATOR: Desembargador RAIMUNDO
NONATO NERIS FERREIRA REVISOR: Desembargador ANTÔNIO FERNANDO BAYMA ARAÚJO
PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33 DA
LEI Nº 11.343/2006). DOSIMETRIA. ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. NÃO
RECONHECIMENTO. EXEGESE DA SÚMULA 545 DO STJ. MANUTENÇÃO DO REGIME INICIAL
MAIS GRAVOSO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. RECURSO DESPROVIDO.
1. Não se inclui na controvérsia recursal a discussão acerca da autoria e
materialidade delitivas, limitando-se o apelo à pretensão de
reconhecimento da atenuante da confissão espontânea com a consequente
modificação de regime de pena e concessão do direito de recorrer em
liberdade. 2. Para a incidência da atenuante genérica da confissão
espontânea, prevista no art. 65, III, d, do Código Penal, é indispensável
que a confissão, ainda que parcial ou qualificada, tenha sido utilizada
como fundamento para a condenação (Súmula 545 do STJ). 3. No caso dos
autos, a confissão feita em sede inquisitorial foi retratada em juízo,
ocasião em que o apelante negou categoricamente ter praticado o tráfico de
entorpecentes e afirmou que a substância apreendida se destinava ao uso
pessoal. Não havendo utilização da confissão extrajudicial na
fundamentação da sentença, é incabível a aplicação da atenuante.
(Precedentes: (STJ. AgRg no HC n. 695.471/SC, Quinta Turma, Rel. Min.
Ribeiro Dantas, DJe de 2/3/2022). 4. Manutenção do regime inicial mais
gravoso encontra fundamento em circunstância judicial desfavorável, nos
termos do art. 33, § 3º do Código Penal, sendo descabida sua alteração. 5.
A prisão preventiva do recorrente, devidamente motivada e em conformidade
com o art. 413, § 3º do CPP, justifica-se pela gravidade concreta do
crime, vinculação a organização criminosa e risco à ordem pública, com
possibilidade de reiteração delitiva, não havendo razões para revogação ou
concessão de liberdade provisória. 6. Recurso conhecido e não provido.
ACÓRDÃO ACORDAM os Senhores Desembargadores da Primeira Câmara Criminal do
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade de votos e de
acordo com o parecer ministerial, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO
RECURSO, nos termos do voto do Desembargador Relator. Votaram neste
julgamento os Senhores Desembargadores José Joaquim Figueiredo dos Anjos,
Antonio Fernando Bayma Araujo e Raimundo Nonato Neris Ferreira – Relator.
Presidência do Excelentíssimo Desembargador José Joaquim Figueiredo dos
Anjos. Funcionou pela Procuradoria Geral de Justiça a Procuradora Domingas
de Jesus Froz Gomes. Sessão Virtual da Primeira Câmara de Direito Criminal
do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, com início em 03/12/2024 e
término em 10/12/2024. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO NERIS FERREIRA
Relator (ApCrim 0801312–33.2022.8.10.0137, Rel. Desembargador (a) RAIMUNDO
NONATO NERIS FERREIRA, PRESIDÊNCIA, DJe 17/12/2024)